

23. PROTOCOLO DE ACESSO À BASE DE DADOS DO REGISTO DE VEÍCULOS:

Submete-se para ratificação do Executivo Municipal, nos termos do artº 35º, nº 3 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, o **protocolo de acesso à base de dados do registo de veículos**, celebrado entre o Instituto dos Registos e do Notariado e o Município de Braga, protocolo esse que se anexa.

PROPOSTA

Assunto: PROTOCOLO DE ACESSO À BASE DE DADOS DO REGISTO DE VEÍCULOS

Considerando que o Presidente do Conselho Diretivo do INSTITUTO DOS REGISTOS E DO NOTARIADO, IP (IRN, IP) é, nos termos e para os efeitos definidos no artigo 4.º, n.º 7 do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), responsável pela base de dados do registo de veículos (Cfr. também o artigo 27.º-A do Decreto-Lei n.º 54/75, de 12 de fevereiro e a alínea f) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 148/2012, de 12 de julho);

Considerando que a Polícia Municipal de Braga é, nos termos do artigo 5.º, n.º 1, alínea d) e n.º 3, alínea b) do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro, a entidade a quem compete a fiscalização do cumprimento das normas de estacionamento de veículos e de circulação rodoviária, incluindo a participação de acidentes de viação, na área territorial do Município de Braga;

Considerando, ainda, as atribuições confiadas ao INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA E EQUIPAMENTOS DA JUSTIÇA, I.P. (IGFEJ I.P.), pelo artigo 3.º, n.º 2, alínea m) do Decreto-Lei n.º 164/2012, de 31 de julho;

Considerando, o Protocolo celebrado em 18 de março de 2004 entre a então Direcção-Geral dos Registos e do Notariado e o respetivo Município, para acesso à base de dados do registo de automóveis por parte da Câmara, através da tecnologia de “Virtual Private Network”, implementada entre o computador que irá aceder à base de dados e o concentrador de “VPN’s”
Considerando a necessidade da polícia municipal aceder à base de dados do registo automóvel utilizando a tecnologia Webservice, que permite uma otimização e automatização do processo, a agilização da tramitação processual e a consequente redução dos recursos afetos ao tratamento administrativo das contraordenações, acrescentando-se à via já celebrada;

Considerando, por último, o Parecer proferido pela Comissão Nacional de Proteção de Dados de 14 de abril de 2021 que considerou haver legitimidade para o acesso pela Polícia Municipal de Braga aos dados pessoais do registo automóvel, nos limites e condições preconizados neste instrumento.

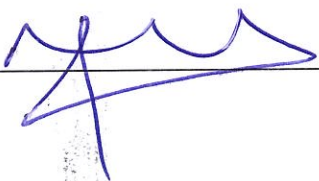
Pelo protocolo, em anexo, visa-se regulamentar o acesso à base de dados de registo de veículos, no âmbito do levantamento de autos de contraordenação permitindo o acesso àquela informação, via T-Menu e Webservices.

Em conformidade,

Foi por mim outorgado em 8 de novembro de 2021 o PROTOCOLO DE ACESSO À BASE DE DADOS DO REGISTO DE VEÍCULOS, que anexo, por questões de urgência relacionadas com a prossecução do interesse público e das competências que urge exercer, que submeto a ratificação da Ex.ma Câmara Municipal, nos termos do artigo 35º, nº 3, da Lei nº 75/2013, de 12/9, na sua redação atual.

Câmara Municipal de Braga, 10 de novembro de 2021

O Presidente da Câmara,



Ricardo Bruno Antunes Machado Rio



Considerando a necessidade da polícia municipal aceder à base de dados do registo automóvel utilizando a tecnologia Webservice, que permite uma otimização e automatização do processo, a agilização da tramitação processual e a consequente redução dos recursos afetos ao tratamento administrativo das contraordenações, acrescentando-se à via já celebrada;

Considerando, por último, o Parecer proferido pela Comissão Nacional de Proteção de Dados de 14 de abril de 2021 que considerou haver legitimidade para o acesso pela Polícia Municipal de Braga aos dados pessoais do registo automóvel, nos limites e condições preconizados neste instrumento.

O presente protocolo visa regulamentar o acesso à base de dados de registo de veículos, no âmbito do levantamento de autos de contraordenação permitindo o acesso àquela informação, via T-Menu e Webservices.

Assim, entre

O Instituto dos Registos e do Notariado, I.P., representado pela Presidente do Conselho Diretivo, *Filomena Sofia Gaspar Rosa*,

O Município de Braga, representada pelo seu Presidente da Câmara Municipal, *Ricardo Bruno Antunes Machado Rio*;

E

O Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P., representado pela Presidente do Conselho Diretivo, *Maria Rosa Tobias Sá*;



PROTOCOLO DE ACESSO À BASE DE DADOS DO REGISTO DE VEÍCULOS

Considerando que o Presidente do Conselho Diretivo do INSTITUTO DOS REGISTOS E DO NOTARIADO, IP (IRN, IP) é, nos termos e para os efeitos definidos no artigo 4.º, n.º 7 do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), responsável pela base de dados do registo de veículos (Cfr. também o artigo 27.º-A do Decreto-Lei n.º 54/75, de 12 de fevereiro e a alínea f) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 148/2012, de 12 de julho);

Considerando que a Polícia Municipal de Braga é, nos termos do artigo 5.º, n.º 1, alínea d) e n.º 3, alínea b) do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro, a entidade a quem compete a fiscalização do cumprimento das normas de estacionamento de veículos e de circulação rodoviária, incluindo a participação de acidentes de viação, na área territorial do Município de Braga;

Considerando, ainda, as atribuições confiadas ao INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA E EQUIPAMENTOS DA JUSTIÇA, I.P. (IGFEJ I.P.), pelo artigo 3.º, n.º 2, alínea m) do Decreto-Lei n.º 164/2012, de 31 de julho;

Considerando, o Protocolo celebrado em 18 de março de 2004 entre a então Direcção-Geral dos Registos e do Notariado e o respetivo Município, para acesso à base de dados do registo de automóveis por parte da Câmara, através da tecnologia de "Virtual Private Network", implementada entre o computador que irá aceder à base de dados e o concentrador de "VPN's";



É celebrado o presente protocolo de acesso por parte da Polícia Municipal de Braga, à informação constante da base de dados do registo de veículos, ao abrigo dos artigos 27.º-D, n.º 2, alínea d) e 27.º-E, n.º 2, 3 e 7 do Regime da Propriedade Automóvel (Decreto-Lei n.º 54/75, de 12 de fevereiro), nos termos das cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

Objeto

- 1 - Pelo presente protocolo a Polícia Municipal de Braga (PMB), é autorizada a aceder à informação do registo de veículos mediante consulta em linha à respetiva base de dados, localizada no Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P., (IGFEJ, IP), ao nome, residência habitual, número e data do documento de identificação e número de identificação fiscal, quando disponível, ou firma, sede e número de pessoa coletiva, do proprietário, locatário ou usufrutuário, e ainda os ónus ou encargos.
- 2 - A consulta dos dados indicados no número anterior tem em vista a finalidade exclusiva de prossecução da competência que lhe está legalmente cometida, no âmbito da gestão e fiscalização do estacionamento público urbano pago no Município de Braga, bem como a instrução e decisão de procedimentos contraordenacionais rodoviários por infrações leves relativas a estacionamento proibido, indevido ou abusivo nos parques ou zonas de estacionamento, vias e nos demais espaços públicos quer dentro das localidades, quer fora das localidades, neste caso desde que estejam sob jurisdição municipal, incluindo a aplicação de coimas e custas.

Cláusula 2ª

Condições do acesso à informação



1 - Os acessos à base de dados são feitos por matrícula do veículo e devem identificar obrigatoriamente o número do processo ou do auto de contraordenação a que respeitam, sem os quais as pesquisas não poderão prosseguir.

2 - Os acessos à informação ficam registados no sistema durante dois anos, a fim de permitir a realização de auditorias.

Cláusula 3ª

Dados Pessoais

1 - A PMB deve observar as disposições legais vigentes em matéria de proteção de dados pessoais constantes do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados e Lei n.º 58/2019, de 08 de agosto, designadamente:

- a) Respeitar a finalidade para que foi autorizada a consulta, que deverá limitar-se ao estritamente necessário, não utilizando a informação para outros fins;
- b) Não transmitir a informação a terceiros;
- c) Tomar as medidas de segurança necessárias à prevenção de qualquer ato que vise alterar o conteúdo da base de dados ou interferir de qualquer forma no seu bom funcionamento.

2 - É expressamente proibida qualquer forma de interconexão de dados pessoais.

3 - Caso a PMB tenha apoio de entidade ou organismo terceiro na execução do presente protocolo, designadamente, para a parte tecnológica, fica desde já a PMB vinculada a assegurar o cumprimento e o estabelecimento de todas as medidas técnicas e organizativas necessárias para:

- a) Manter a segurança dos dados pessoais contra qualquer acesso ilegal ou tratamento não autorizado;



b) Assegurar que as pessoas envolvidas assumem um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;

c) Dar conhecimento ao IRN de todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas no Regulamento, incluindo, facilitar e contribuir para as auditorias, inspeções, conduzidas pelo IRN, ou por outro auditor por este mandatado.

Cláusula 4ª

Modalidade de acesso à informação

1- O acesso à informação do registo de veículos processa-se por ligação *Virtual Private Network* – *VPN* segura sobre a internet entre os dois organismos, com uso de combinação nome/palavra-passe associados a cada utilizador.

2 – É obrigatório a implementação de túneis IPSEC, para garantir a confidencialidade dos dados.

Cláusula 5ª

Utilizadores

1 - A PMB obriga-se a comunicar previamente ao IRN, IP, a identificação dos utilizadores do acesso à base de dados, mediante indicação do nome e da categoria/função, tendo em vista a atribuição de nomes de utilizador ("*usernames*") e respetivas palavras-chaves ("*passwords*") de ligação ao sistema.

2 - Os acessos serão individualizados e cada utilizador terá uma palavra-chave pessoal que o responsabilizará pelo uso que fizer do serviço.



3 - O IRN, I.P., encaminha os pedidos de criação e alteração de utilizadores para o IGFEJ, I.P..

4 - É da exclusiva responsabilidade da PMB o acesso à informação e a posterior utilização da mesma.

Cláusula 6ª

Atividades subsequentes à assinatura do protocolo

Após a assinatura deste protocolo, o IGFEJ, I.P., disponibiliza junto da PMB, a documentação sobre os procedimentos e informação de ordem técnica necessários à implementação da infraestrutura e túnel IPSEC, e envia a cada utilizador, em carta fechada, a sua palavra-chave.

Cláusula 7ª

Garantias

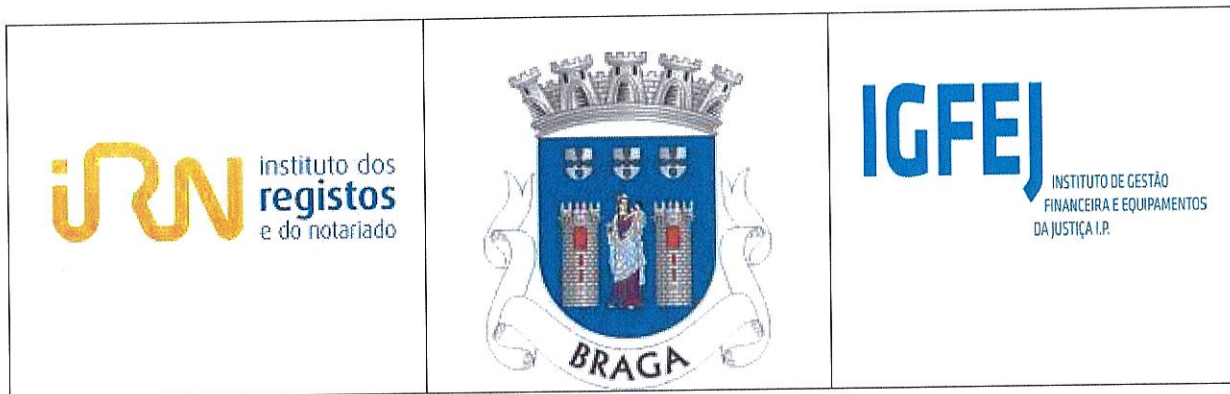
1 - O IRN, IP e o IGFEJ, IP asseguram que a consulta possa ser efetuada nos termos e condições constantes da lei e do presente protocolo.

2 - O IRN, IP e o IGFEJ, IP garantem a adoção das medidas necessárias a que, por força da consulta, não se verifique qualquer alteração de informação, bloqueio ou diminuição dos tempos de resposta das bases de dados.

Cláusula 8.ª

Contabilização de acessos

1- Para efeito da tributação emolumentar será considerado um acesso útil, cada consulta ("input") realizada pela PMB em relação a cada matrícula distinta de veículo automóvel constante da base de dados, por dia.



2 - Para efeitos do disposto no número anterior, todas as consultas referentes à mesma matrícula efetuadas no mesmo dia consideram-se um único acesso útil.

3 - São aplicáveis aos protocolos em vigor as alterações supervenientes aos valores devidos pelo acesso à base de dados, a partir da data estipulada no ato normativo que as determine ou, na ausência de norma que fixe aquela data, a partir da data de entrada em vigor do mesmo ato normativo.

Cláusula 9ª

Pagamento

1 - O pagamento dos emolumentos devidos será realizado mensalmente, por intermédio de depósito bancário a fazer em conta aberta à ordem do IRN, IP e a ser indicada por este.

2 - O prazo máximo para se proceder ao pagamento dos emolumentos será de 30 dias contados a partir da data da receção da comunicação do IRN, IP em que se contabilize o número total de acessos efetuados pela entidade consulente à base de dados do registo de veículos.

3 - O Município de Braga aceita que a comunicação do IRN, IP prevista no número anterior goze de uma presunção de veracidade, a qual só poderá ser ilidida após a liquidação e cobrança mensal dos emolumentos devidos pelo acesso à base de dados do registo de veículos.

Cláusula 10ª

Resolução

1 - Constitui causa de resolução do presente protocolo, pelo IRN, IP, a falta de pagamento voluntário pelo Município de Braga dos emolumentos devidos, decorridos 6 meses sobre o prazo referido no n.º 2 da cláusula anterior, sem que o organismo



proceda à respetiva regularização, bem como o incumprimento dos deveres previstos na cláusula 3.^a.

2 - A resolução do protocolo implica a cessação imediata da autorização de acesso ao conteúdo da base de dados do registo de veículos por parte da PMB.

3 - Sem prejuízo do disposto no n.º 1, implica igualmente a cessação imediata da autorização de acesso ao conteúdo da base de dados do registo de veículos por parte da PMB a falta de pagamento voluntário dos emolumentos devidos, decorridos 30 dias sobre o prazo referido no n.º 2 da cláusula anterior, restabelecendo-se o acesso na sequência do respetivo pagamento.

Cláusula 11.^a

Prazo

Sem prejuízo do estipulado na cláusula anterior, o presente protocolo é celebrado pelo prazo de um ano, tacitamente prorrogável por iguais períodos, até que qualquer das partes o denuncie com a antecedência mínima de um mês.

Cláusula 12.^a

Interpretação

As dúvidas ou as dificuldades que surjam na execução do presente protocolo devem ser resolvidas por mútuo acordo dos signatários, mediante proposta de qualquer deles.

Cláusula 13.^a

Entrada em vigor

O presente protocolo entrará em vigor no primeiro dia útil do mês seguinte à data da sua assinatura, substituindo o Protocolo celebrado em 18 de março de 2004.



Lisboa, 28 de julho de 2021.

Pelo Instituto dos Registos e do Notariado, I.P.,

Presidente do Conselho Diretivo

Pelo Município de Braga

Ricardo Bruno Antunes Machado Rio

Presidente da Câmara Municipal

Pelo INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA E EQUIPAMENTOS DA JUSTIÇA, I.P.,

Maria Rosa Tobias Sá

Presidente do Conselho Diretivo